

BOLETIM ONLINE

N.º 2 – MARÇO/2019

PROMOVER OS DIREITOS HUMANOS E FORTALECER A AÇÃO SINDICAL E A IGUALDADE DE GÊNERO NO SETOR VESTUÁRIO DO BRASIL

REALIZAÇÃO:



Entidade parceira:



INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL

Apóio:

Instituto C&A



REGIÃO SUL RECEBE PRIMEIRA ETAPA DO PROJETO

Em 4 dias de atividades, foram debatidos diversos temas relacionados à promoção da igualdade de gênero nos locais de trabalho - **PAG. 3**

A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS É UM TEMA VITAL PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Cida Trajano (CNTRV) e Jana Silverman (Solidarity Center) falam sobre a conjuntura do país e o quanto ela exige o diálogo social sobre a garantia dos direitos humanos e igualdade de gênero - **PAG. 2**

DESIGUALDADE PRESENTE

Mulheres empregadas no Ramo Vestuário da região sul do Brasil ganham menos que os homens e têm poucas oportunidades para liderar - **PAG. 4**

“Precisamos nos manter otimistas e inclusivos. Sem a participação de todos e todas, independente de gênero ou etnia, não haverá igualdade. Promover direitos humanos com recorte para a realidade das mulheres trabalhadoras no setor vestuário do Brasil é um dos nossos objetivos nesse Projeto e temos certeza que com participação e empenho das entidades sindicais, esse debate vai ecoar nos locais de trabalho e obter resultados práticos” – Jana Silverman (Solidarity Center AFL-CIO).





“AÇÕES PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SÃO FUNDAMENTAIS FRENTE À CONJUNTURA DO PAÍS”

A afirmação foi de Cida Trajano, presidenta da CNTRV, durante a abertura das atividades do Encontro Regional Sul do Projeto, realizado de 14 a 17 de março, em Sapiranga, região metropolitana de Porto Alegre.

A sindicalista se mostrou preocupada com o clima político estabelecido no país, que ataca o ativismo em defesa dos direitos humanos e o torna vulnerável à violência e à intolerância. “Quando saímos nas ruas pelos direitos das mulheres, não estamos reivindicando nada além de uma sociedade igualitária e justa. Contudo, há um segmento da sociedade que decidiu nos atacar diretamente em nossas manifestações, muitas vezes, de forma violenta. Esse grupo está sendo fortalecido no Brasil desde o processo de impeachment da presidenta Dilma e ganhou expressão política na última eleição, em que políticos afinados com uma direita extremista, deu voz e representação ao machismo, ao racismo e à homofobia”, analisou.

Para Trajano, a conjuntura atual ameaça os direitos humanos. Ela considera que as mulheres, embora representem cerca de metade da população, estão em grande desvantagem para encarar essas ameaças. “Quando a luta por direitos básicos se torna uma ameaça ao governo, a humanidade corre riscos. Infelizmente, as mulheres são as mais afetadas pela falta de políticas públicas que busquem preservar os direitos humanos. Para constatar tal fato, basta recorreremos aos dados estatísticos que comprovam que temos pouca representação nos espaços de poder, inclusive nos locais de trabalho. No Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e nas Câmaras Municipais, o número de parlamentares mulheres é ínfimo. No poder executivo, a situação é ainda pior. Há apenas uma ministra no atual governo e suas posições reproduzem os mesmos conceitos de uma sociedade machista, patriarcal e medieval”, constatou a sindicalista.

“COMBATER A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PROMOVER O EMPODERAMENTO DAS MULHERES TAMBÉM SÃO TAREFAS SINDICAIS”, APONTA JANA SILVERMAN



A representante do Solidarity Center no Brasil, Jana Silverman, reconhece que o país está sofrendo uma onda de retrocessos no que se refere à proteção dos direitos humanos e destaca que a organização e formação das mulheres trabalhadoras é um passo fundamental para que os desafios sejam superados.

“A diferença salarial entre homens e mulheres é algo que afeta muito a sociedade brasileira e isso também impacta em outros setores e direitos sociais. A violência de gênero, por exemplo, não se resume ao ambiente doméstico. Ela também está presente nas relações de trabalho. Nesse sentido, as entidades sindicais precisam avançar no desenvolvimento de ações para a promoção da igualdade de gênero e combate de toda forma de violência (moral, sexual, financeira, etc.). A formação e a organização das mulheres, assim como o comprometimento dos dirigentes homens com estas ações, é um passo fundamental no processo de empoderamento feminino”, argumentou.



ENCONTRO DA REGIÃO SUL DÁ INÍCIO ÀS ATIVIDADES DO PROJETO

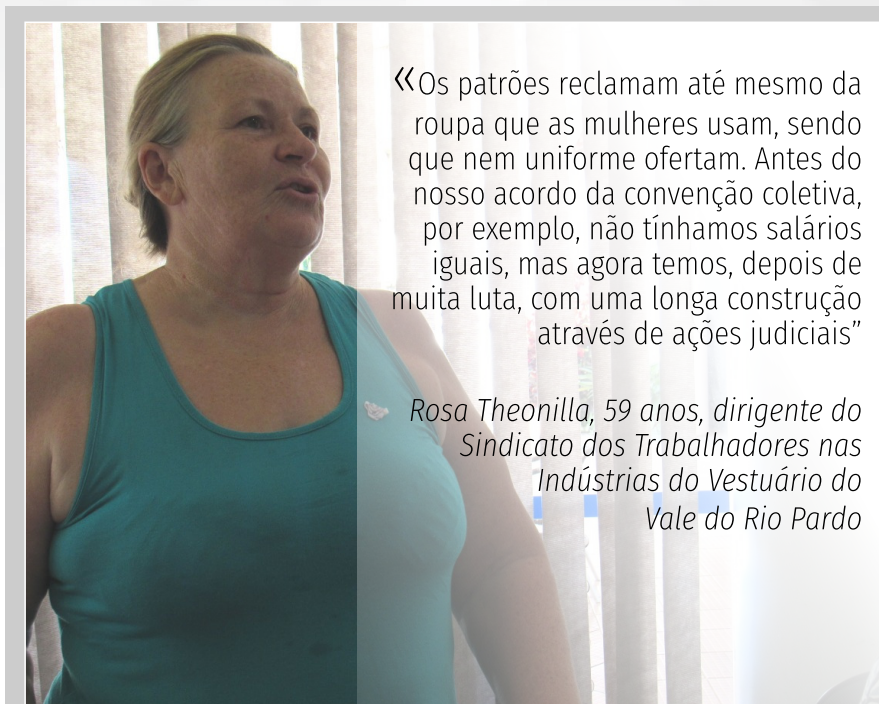
O Encontro, que foi realizado de 14 a 17 de março, em Sapiranga, contou com ampla participação das lideranças sindicais e integrou mulheres e homens em debates sobre igualdade de gênero na vida e no trabalho. Durante a programação, diversos temas relacionados aos direitos humanos e igualdade foram discutidos e conectados às experiências compartilhadas no processo formativo.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Um dos pontos altos da programação foi a discussão sobre como as campanhas reivindicatórias dos sindicatos podem dialogar com o combate da violência de gênero nos locais de trabalho e a promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Para tanto, o público contou com a colaboração do supervisor técnico do Dieese, Ricardo Franzoi, que apresentou o perfil das mulheres trabalhadores no ramo vestuário da CUT e pontuou os principais desafios para a ação sindical.

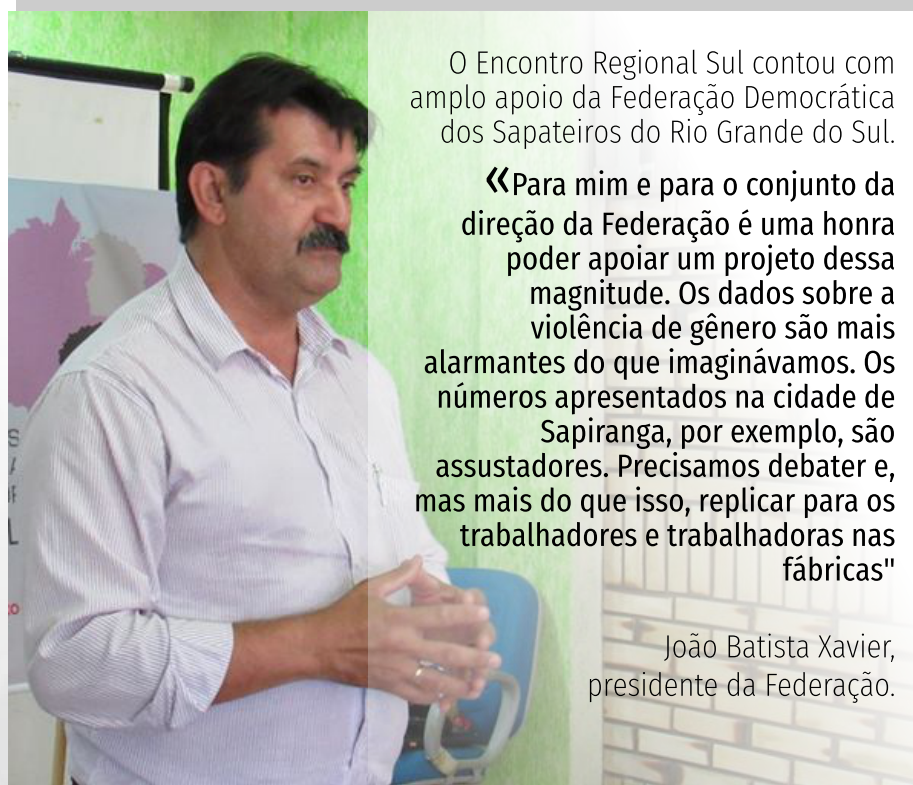
As participantes avaliaram os atuais acordos e convenções coletivas de seus respectivos sindicatos, com objetivo de identificar cláusulas específicas à proteção dos direitos das trabalhadoras.

“A participação das mulheres no processo de negociação coletiva faz muita diferença. Instrumentos coletivos com maior garantia de direitos para as mulheres são geralmente mais frequentes em entidades com maior presença feminina nas direções”, destacou o economista.



«Os patrões reclamam até mesmo da roupa que as mulheres usam, sendo que nem uniforme ofertam. Antes do nosso acordo da convenção coletiva, por exemplo, não tínhamos salários iguais, mas agora temos, depois de muita luta, com uma longa construção através de ações judiciais”

Rosa Theonilla, 59 anos, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário do Vale do Rio Pardo



O Encontro Regional Sul contou com amplo apoio da Federação Democrática dos Sapateiros do Rio Grande do Sul.

«Para mim e para o conjunto da direção da Federação é uma honra poder apoiar um projeto dessa magnitude. Os dados sobre a violência de gênero são mais alarmantes do que imaginávamos. Os números apresentados na cidade de Sapiranga, por exemplo, são assustadores. Precisamos debater e, mas mais do que isso, replicar para os trabalhadores e trabalhadoras nas fábricas”

João Batista Xavier, presidente da Federação.



NA REGIÃO SUL, A DESIGUALDADE SALARIAL TAMBÉM ATINGE AS MULHERES DO RAMO VESTUÁRIO

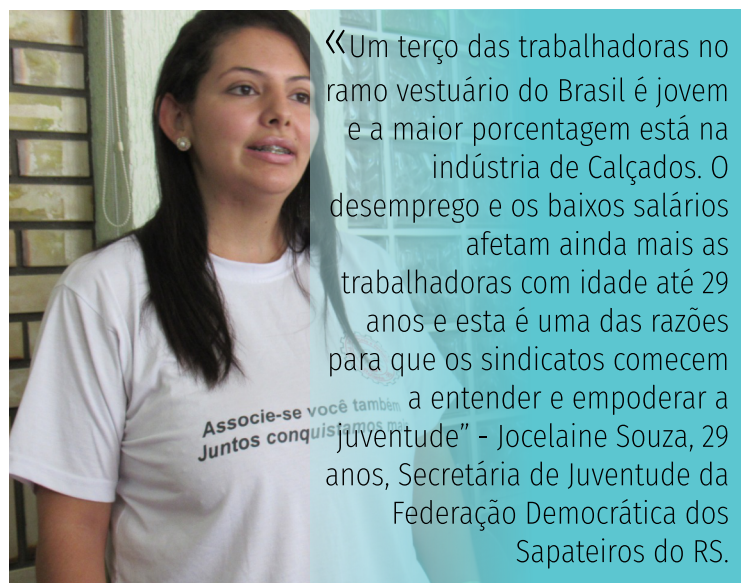
O perfil das mulheres do ramo vestuário da CUT, sistematizado pelo DIEESE e apresentado no Encontro, destacou a diferença salarial entre homens e mulheres, mesmo em setores cuja presença feminina está bem acima da masculina, como é o caso na indústria de confecções e acessórios, onde 73% das vagas são preenchidas por mulheres. Juntando todos os setores do ramo (têxtil, confecções, couro e calçado) a mão de obra feminina soma 58%.

Contudo, em todo o país, inclusive nos três estados da região sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a desigualdade salarial entre homens e mulheres está presente.

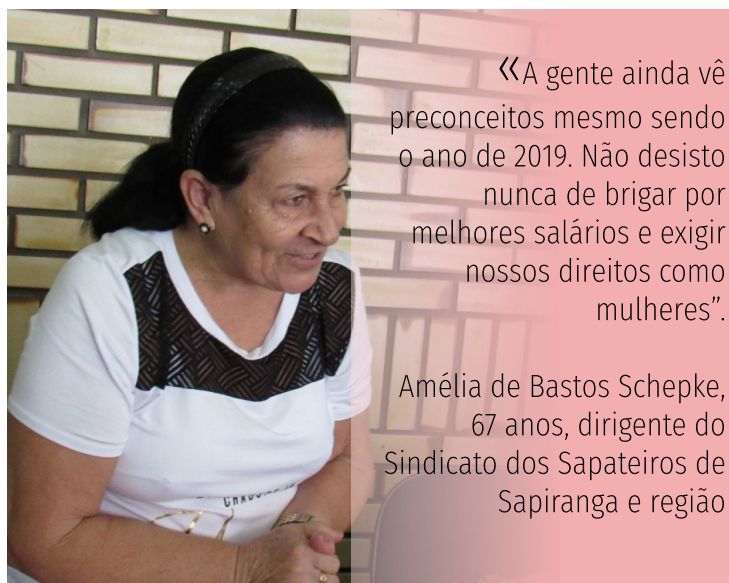
O setor têxtil lidera o ranking da desigualdade e é onde as mulheres recebem até 26% a menos que os homens. Em seguida está a indústria do couro (-26%); calçados (-20%) e confecções (-16%).

EXPLICAÇÃO

Entre as explicações para o fato das mulheres terem os menores rendimentos, mesmo havendo convenções e acordo coletivos que garantem salário igual para função igual, independente de sexo, está a falta de oportunidades para que as trabalhadoras exerçam funções de lideranças ou com remuneração mais elevada do piso salarial. A situação das trabalhadoras jovens é ainda pior, como aponta a participante Jocelaine Souza.



«Um terço das trabalhadoras no ramo vestuário do Brasil é jovem e a maior porcentagem está na indústria de Calçados. O desemprego e os baixos salários afetam ainda mais as trabalhadoras com idade até 29 anos e esta é uma das razões para que os sindicatos comecem a entender e empoderar a juventude» - Jocelaine Souza, 29 anos, Secretária de Juventude da Federação Democrática dos Sapateiros do RS.



«A gente ainda vê preconceitos mesmo sendo o ano de 2019. Não desisto nunca de brigar por melhores salários e exigir nossos direitos como mulheres».

Amélia de Bastos Schepke, 67 anos, dirigente do Sindicato dos Sapateiros de Sapiranga e região

EXPEDIENTE:

O Projeto Promover os Direitos Humanos e Fortalecer a Ação Sindical e a Igualdade de Gênero no Setor Vestuário do Brasil” é realizado pela CNTRV, em parceria com o Solidarity Center da AFL-CIO e apoio do Instituto C&A e Instituto Observatório Social.

Dirigente responsável por esta publicação: Francisca Trajano (CNTRV)

Elaboração e edição: João Andrade – Diagramação: Diego Orejuela – Assessoria: Josenildo Melo - Colaboração nos conteúdos e fotos: Bruna Chilanti Cordeiro